

## Tebet aprecia eleição com poucos gastos

O senador Ramez Tebet espera que a eleição mais pobre em gastos seja a mais rica na escolha de bons vereadores e prefeitos. Tebet previu sexta-feira que no pleito do dia 3 de outubro a escolha do eleitor não será tão influenciada pelo marketing e pelo poder econômico, como foi no passado. O senador constatou que o eleitor está mais consciente, fato que considera importante ao aperfeiçoamento da democracia. **Página 8**

# Senadores exigem ação contra a desigualdade

*Simon pede correção no Plano de Metas, ACM acusa ministros de omissão e Mauro reclama da "paulistização" do poder*



Flaviano Melo



Nabor Júnior

## Nabor e Flaviano apontam falhas no "pacote ecológico"

A medida provisória que institui o chamado "pacote ecológico" inviabiliza a reforma agrária, alertou sexta-feira o senador Flaviano Melo. Segundo ele, com o "pacote" só 13% de seu estado, o Acre, estarão disponí-

veis para agricultura. Pela mesma razão, Nabor Júnior considerou a MP um golpe na ocupação e no desenvolvimento de toda a Amazônia. Nabor teme o abandono de regiões agricultáveis pelos atuais ocupantes. **Página 7**

O senador Pedro Simon defendeu um entendimento entre o Senado, como casa da Federação, e o governo, para adotar medidas efetivas destinadas a combater as desigualdades regionais. Simon afirmou que o plano de metas do presidente Fernando Henrique Cardoso é uma oportunidade para correção do problema. Já o senador Antonio Carlos Magalhães criticou ministros de Estado que se omitem na solução dos problemas do Nordeste. Waldeck Ornelas, por sua vez, cobrou uma política que favoreça a desconcentração da economia. O objetivo, argumentou, é garantir um desenvolvimento mais justo para todo o País. Mauro Miranda afirmou que "está difícil engolir o indistigável e crescente processo de paulistização do poder político". **Páginas 4 e 5**

## Êxitos do Real são destacados por Freitas Neto

A inflação em declínio, combinada com a retomada do crescimento da economia, atesta o êxito do Plano Real, afirmou sexta-feira o senador Freitas Neto. Ele disse que o Brasil está resgatando a sua credibilidade. **Pág. 6**

## Arruda quer fim da aposentadoria especial para parlamentar

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), defendeu o fim da aposentadoria especial para deputados e senadores. Segundo ele, não dá para criticar o alto salário de um coronel da PM do Espírito Santo - que recebe R\$ 28 mil mensais de aposentadoria - e nem questionar a aposentadoria especial de professor universitário se um senador pode aposentar-se com oito anos de trabalho:

dia, me aposentar como engenheiro. Porque a minha profissão é engenheiro. Senador não é profissão. Estou aqui, temporariamente, com um mandato que a população de Brasília me deu, um mandato que tem dia pra começar e dia pra terminar - observou.

José Roberto Arruda sustentou que o Congresso Nacional tem a responsabilidade de fa-



José Roberto Arruda

zer com que a Previdência seja efetivamente social, permitindo que as pessoas, sobretudo as mais humildes, possam acreditar que, quando se aposentarem, "ainda que de-

more mais um pouquinho", terão uma aposentadoria digna.

Para o líder do governo, a Previdência Social no Brasil transformou-se num Robin Hood ao contrário, que tira de

muitos pobres para dar a poucos ricos. Ele garantiu que o Congresso não aprovará nada que prejudique as pessoas mais humildes.

Arruda assegurou ainda que o Congresso não quer tirar a possibilidade de os aposentados receberem reajustes como o pessoal da ativa. O que o governo e o Congresso querem, esclareceu, é garantir aos aposentados o poder real de compra, a sua capacidade de sobrevivência. Segundo o senador, o que não é razoável é conceder gratificação de produtividade aos aposentados.

## Fogaça e Suassuna vão a debate com bancários

Com o objetivo de estender aos mais variados setores da sociedade brasileira a discussão em torno da regulamentação do sistema financeiro nacional - artigo 192 da Constituição -, os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Ney Suassuna (PMDB-PB) participaram quinta-feira (dia 8) de um debate com funcionários do Banco Central, na sede do Sindicato dos Bancários de Brasília.

Na ocasião, os dois senadores, membros titulares da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, a qual vai elaborar a proposta de regulamentação, e que tem Fogaça como relator, apresentaram seus respectivos projetos sobre o sistema financeiro.

# Senado terá stand e homenagem na Bienal do Livro

*No evento, em São Paulo, será lançado  
carimbo comemorativo dos 170 anos da Casa.*

O presidente do Senado, José Sarney, e o primeiro secretário, senador Odacir Soares (PFL-RO), participarão da inauguração do stand do Senado Federal na XIV Bienal Internacional do Livro, em São Paulo. A abertura será realizada no próximo dia 16, às 17 h, no ExpoCenter Norte.

Na oportunidade, será lançado, em conjunto com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), o carimbo comemorativo dos 170 anos do Senado Federal. Esta será a primeira vez que o Senado participa desse

evento, que, de acordo com a Câmara Brasileira do Livro, deverá ser visitado por, aproximadamente, um milhão e quinhentas mil pessoas.

O Senado tem participado de feiras do livro em vários estados. Essa é uma maneira de permitir ao grande público brasileiro conhecer mais de perto o Congresso Nacional, sua história ao longo do tempo e como é conduzido o trabalho legislativo. Farão parte do stand do Senado publicações técnicas e oficiais, e serão exibidos vídeos institucionais, apresentando o Senado, o Centro Gráfico e o Prodasen.

Atenção, usuários de  
antena parabólica,  
repetidoras e operadoras  
de TV a cabo  
Informações para  
recepção do sinal da  
TV Senado

Satélite - B1  
Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical  
Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz  
Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz  
Frequência RX (Banda -L) - 1505,60 Mhz  
Antena - 3,6 m  
LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)  
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S  
Integrated Receiver/Decoder (IRD)  
Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)  
Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600  
Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

### PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A SEMANA

#### Terça-feira (13.08.96)

##### 14h30m - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PDL nº 22/95, que ratifica o texto da Convenção nº 167, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

#### Quarta-feira (14.08.96)

##### 14h30m - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PDLs nºs 24 e 28/96, que aprovam o ato que renova a concessão outorgada à TV Globo de São Paulo e à do Rio de Janeiro, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens; e \*Substituto do Senado ao PLC nº 41/95-Complementar, que disciplina a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Constituição federal; votação em primeiro turno das \*PECs nº 22/96, que trata da criação de municípios, e nº 23/96, sobre inelegibilidade; e \*PLC nº 24/96, que cria cargos na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

#### Quinta-feira (15.08.96)

##### 14h30m - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLC nº 117/95, que dá nova redação aos arts. 6º, 28 e 31 da Lei nº 7.652/88, que dispõe sobre o Registro da Propriedade Marítima; \*PLC nº 3/96, que transforma e cria cargos no quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; \*PLS nº 29/95, que institui eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado; e \*PLS nº 188/95, que cria a área de

proteção ambiental do Delta do Parnaíba.

### COMISSÕES

#### Terça-feira (13.08.96)

##### 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Mensagem nº 189/96 (não terminativo), que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo destinada ao financiamento parcial do Projeto de Reestruturação da Rede Ferroviária Federal; \*Mensagem nº 200/96 (não terminativo), que solicita autorização para contratar operação de crédito destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Reforma à Reorganização do Sistema Único de Saúde (Reforsus); \*PLC nº 43/95 (não terminativo), que dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, o Fundo da Marinha Mercante e a Fundação Nacional dos Trabalhadores na Construção e Reparação Naval, Trabalhadores Marítimos e Trabalhadores em Atividades de Apoio Operacional em Empresas de Navegação Marítima; \*PLC nº 104/95, que determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; \*PLC nº 119/95 (não terminativo), que redireciona recursos do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); \*PLS nº 99/95-Complementar, que dispõe sobre o preenchimento dos cargos de presidente e de diretor do Banco Central do Brasil; e \*PLS nº 198/95, que proíbe o uso de substâncias anabolizantes, naturais ou artificiais, com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

##### 17h - Comissão de Serra Pelada

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

##### 18h - Comissão da Dívida Interna Pública

Pauta: Reunião de trabalho. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

# Sarney defende criação do Merconorte

*Mais que sonhos de visionários, existe viabilidade concreta na idéia, afirma o senador, salientando que se complementam recursos como energia, ferro e agricultura*



Júlio Campos

## Júlio Campos quer ampliar ação de CPI

Sempre que uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) encontrar indícios significativos de que alguém sob investigação possui bens adquiridos de forma ilícita, o presidente da comissão poderá solicitar medida cautelar ao juízo criminal competente, caso seja aprovado projeto apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT). Segundo o senador, o dispositivo visa assegurar a reparação ou ressarcimento do dano resultante do delito praticado e garantir os meios de prova num eventual processo criminal.

O projeto amplia as possibilidades de diligências das CPIs ao permitir-lhes requisitar informações e documentos tanto da administração pública direta como indireta ou fundacional. Por outro lado, define que, na ausência injustificada de uma testemunha, a CPI solicitará a sua intimação ao juiz criminal da localidade em que se encontre. Assim, o faltoso, além de ser conduzido por oficial de justiça com o auxílio da força pública, poderá ser multado, condenado ao pagamento das custas da diligência e processado por crime de desobediência.

Júlio Campos observou que o projeto visa facilitar as investigações realizadas pelo Legislativo sem, contudo, interferir nas atribuições do Judiciário.

A criação de um bloco setentrional - o Merconorte -, semelhante ao Mercosul, unindo Colômbia, Venezuela e as regiões Norte e Nordeste do Brasil, foi defendida pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), como um instrumento impulsionador do desenvolvimento sustentável da Amazônia, que agiria em conjugação com a Zona Franca de Manaus e as Áreas de Livre Comércio da Amazônia.

- Mais que sonhos de visionários, existe viabilidade concreta na idéia do Merconorte - garantiu Sarney.

O senador citou resultados

de estudos que acentuam a complementaridade das atividades produtivas dos países e regiões abrangidas pelo bloco, indicando as direções futuras do comércio na área. Tais levantamentos detectaram grandes oportunidades de sinergismo econômico, baseadas principalmente na complementaridade de três recursos: energia, ferro e agricultura alimentar.

Na área mais direta de influência desse "cinturão de de-



José Sarney

envolvimento setentrional" vivem cerca de 110 milhões de pessoas, e o Produto Nacional Bruto (PNB) está estimado em 240 bilhões de dólares. Segundo Sarney, "o potencial da região é um dos maiores para as próximas

duas ou três décadas, e reside também na existência de centros urbanos desenvolvidos ao longo de toda a costa, e de imensas, ainda inexploradas e desconhecidas reservas de recursos econômicos".

## Odacir Soares prega revolução educacional

Uma grande e radical revolução educacional. Esta seria, de acordo com o senador Odacir Soares (PFL-RO), a única solução para o País suprir as carências de milhões de brasileiros "privados das capacidades básicas que os habilitem a libertar-se da miséria e a incorporar-se no processo produtivo da Nação".

Odacir referiu-se ao relatório anual do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), divulgado em julho, que aponta o Brasil como um dos menores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), apesar de ter sido apontado como um dos países que alcançaram maior índice de crescimento econômico.

- O relatório mostra que o Brasil figura, ao lado de Honduras, El Salvador, Nicarágua, Bolívia, Guatemala

la e Haiti, entre os países da América Latina e do Caribe de menor eficiência em transformar sua renda em desenvolvimento humano - disse Odacir, enfatizando que "ainda não

soubemos traduzir nosso crescimento em favor do bem-estar e da melhoria de qualidade de vida da maioria da população".

Entre as mazelas que dificultam o acesso de milhões de brasileiros a melhores padrões de vida sobressai a concentração de renda, afirmou Odacir Soares, que denunciou ainda as desigualdades regionais como fator agravante da situação. "Coexistem, neste mesmo país, regiões cujo IDH atinge 0,871 (índice de países de alto desenvolvimento humano), ao lado de outras situadas em 0,466, índice inferior ao do Lesoto, na África."



Odacir Soares

## Marluce acusa manipulação de pesquisa eleitoral

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) disse sexta-feira que o jornal *Folha de Boa Vista* está "manipulando" índices de preferência eleitoral na capital de Roraima. Segundo a senadora, "esse jornal, de propriedade do irmão do candidato do PSDB, enviou falsas informações ao *Correio Braziliense*, talvez num desesperado gesto de angariar apoio à sua até aqui frustrada campanha".

Salientando que "a fonte citada não apenas desmentiu a farsa como exigiu do jornal brasileiro uma retratação", Marluce exibiu cópia do ofício dirigido pelo diretor da Zênite Comunicação, Flávio Rabello, ao diretor do *Correio*.

Marluce citou noticiário do *Diário de Cuiabá*, de 31 de julho, destacando que "em Boa Vista, o candidato Otomar Pinto está com 65%, contra 15% do tucano Salomão Cruz".



Marluce



## DESIGUALDADE REGIONAL

# ACM acusa ministros de omissão

Senador reclama de falta de atenção em duas áreas do governo para com os problemas do Nordeste e dos entraves burocráticos que dificultam a entrada de recursos na região



João Rocha

## Rocha acredita em conclusão da Norte-Sul

Um país de dimensões continentais como o Brasil não pode se esquecer de sua vocação de possuir prioritariamente ferrovias e hidrovias para transportar as toneladas de grãos produzidos em seu solo, afirmou na sexta-feira o senador João Rocha (PFL-TO). Ele anunciou a disposição do governo federal de alocar recursos no Orçamento da União para concluir a ferrovia Norte-Sul e dar curso à hidrovía da bacia Araguaia-Tocantins, por entender como obras prioritárias para o Centro-Oeste e o Brasil como um todo.

Segundo o senador, a ferrovia Norte-Sul vai beneficiar os estados do Tocantins, Maranhão, Pará e Goiás no escoamento da safra de grãos. Disse, ainda, que as dotações orçamentárias para a conclusão dos 1.500 km restantes está avaliada em 2 bilhões de reais. Já para a hidrovía Araguaia-Tocantins, que também será um pólo de desenvolvimento para o Centro-Oeste, o governo deverá dispor de 300 milhões de reais.

Rocha informou que a intenção do governo é buscar parceria com a atividade privada e atrair também o capital estrangeiro para a conclusão da ferrovia.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou sexta-feira ministros de Estado que se omitem na solução dos problemas enfrentados pelo Nordeste e atacou os entraves burocráticos que dificultam a entrada de recursos naquela região. O senador disse que seu discurso não continha qualquer amargura contra o governo, mas visava a pedir satisfações, sobretudo aos ministros dos Transportes e do Meio Ambiente, quanto à "omissão" no atendimento de problemas da região Nordeste.

Ele afirmou que, quando um governador vem a Brasília para uma audiência ministerial, perguntam-lhe se o estado tem pago o funcionalismo, se tem obedecido à exigência constitucional de não deixar a folha de pagamento ultrapassar 60% da receita, se pagou o



Antonio Carlos Magalhães

décimo terceiro salário, se fez a rolagem da dívida, se é regular a situação do banco do estado e se não tem antecipação de receita. Se o governador responder satisfatoriamente a todas essas questões, explicou o senador, o ministro responde que o estado não pode ser ajudado.

Antonio Carlos Magalhães salientou que esse raciocínio burocrático impede a ajuda a estados que agem corretamen-

te na administração dos recursos públicos, acrescentando que esse é um grave fator de desestímulo para o bom administrador público.

Ele voltou a criticar o Ministério dos Transportes por manter, conforme frisou, em péssima situação as estradas federais na Bahia, quando se encontram em condições satisfatórias as estradas de responsabilidade do governo do estado. O senador disse que, para não parecer que criticava apenas um ministro de outro partido, estendia sua crítica ao ministro do Meio Ambiente, que, acentuou, não tem agido para resolver o sério problema de falta d'água no semi-árido da Bahia, onde há quatro anos não chove. ACM reconheceu que os dois ministérios carecem de recursos financeiros, mas assinalou que isso não exime os ministros de culpa.

## Ornelas defende incentivos para o Nordeste

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) defendeu sexta-feira a definição de uma política que favoreça a desconcentração da economia, garantindo um desenvolvimento mais equânime e justo para todo o País. Ele afirmou que a medida provisória do setor automotivo, entre outros méritos, teve o efeito de despertar o debate nacional em torno das desigualdades regionais.

- É preciso fazer um programa de integração - disse Ornelas. - É preciso que o Brasil incorpore o Nordeste nos mesmos moldes com que a Alemanha incorporou a Alemanha Oriental. Aquele país é uma federação, como o nosso, mas lá existem instrumen-



Waldeck Ornelas

tos interessantíssimos que permitem as transferências horizontais entre os estados. Os mais ricos transferem recursos para os mais pobres. Como seria bom ver São Paulo ajudando o Piauí, o Ceará e todo o Nordeste. Ver Minas ajudando o Mato Grosso, por exemplo.

Waldeck Ornelas sugeriu que puderia ser criada uma taxa adicional no Imposto de Renda, pago pelos habitan-

tes das regiões mais ricas do Brasil, cujo recolhimento fosse destinado ao financiamento da infra-estrutura e do desenvolvimento das regiões mais pobres.

O senador comentou que os editoriais de sexta-feira dos jornais *Correio Braziliense*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo* abordam a importância da desconcentração da economia com a migração de investimentos das montadoras para o Nordeste.

Em aparte, Beni Veras (PSDB-CE) apoiou as colocações de Waldeck, reforçando que para o Brasil ser um país equilibrado é necessário acabar com os desequilíbrios regionais, em especial o que atinge o Nordeste.

## DESIGUALDADE REGIONAL



Mauro Miranda

## Mauro reclama de "paulistização" do poder político

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou que o Congresso Nacional deu um "novo crédito de confiança" ao presidente Fernando Henrique Cardoso, ao suspender a sessão conjunta de quarta-feira (dia 7), na qual, conforme afirmou, "seria aprovado o projeto de conversão que modifica a medida provisória sobre a indústria automotiva".

Salientando que quem acompanhou os debates da semana no Senado tem uma amostragem eloquente de que a Casa está "respirando unanimidade" em relação a determinadas causas que empolgam o dia-a-dia dos parlamentares, Mauro Miranda disse que um dos motivos dessas causas "é o sentido de prepotência das medidas provisórias nas suas sucessivas reedições, vindo daí o amesquinhaamento de um Congresso passivo e homologatório".

- Em segundo lugar, está sendo difícil engolir o indigestível e crescente processo de paulistização do poder político. A terceira face perversa das atuais realidades é a rude e escancarada marginalização das regiões mais pobres do País, aí incluídos o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste. Unidos, nós somos majoritários, mas somos tratados como minoria de segunda classe. As políticas oficiais, dirigidas para beneficiar o Sudeste e o Sul, querem institucionalizar as desigualdades - disse.

## Simon vê em Plano de Metas oportunidade para as correções

*Situação do Nordeste é a mais grave entre todas as regiões do País, adverte senador*

"Isso está acontecendo por culpa nossa e do presidente da República", disse sexta-feira o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao referir-se às desigualdades regionais e às acusações que o Centro-Sul tem trocado com o Nordeste. Ele afirmou que o plano de metas anunciado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para os próximos dois anos de sua administração constitui uma excelente oportunidade para o governo acabar com essas desigualdades.

- A hora é essa. Até hoje o Presidente não disse quais são suas propostas para alterar esses desníveis regionais - frisou. Conforme Simon, a responsabilidade do Senado no combate a essas desigualdades é até maior que a do presidente da República, já que, acentuou, os senadores representam os estados da Federação e têm o dever de olhar para o País como um conjunto.

Depois de afirmar que "o Senado e o presidente da República têm a responsabilidade de

não deixar essa situação ir além de onde já chegou", o senador disse que é preciso refletir sobre o problema e "ver o que podemos fazer". Simon defendeu, a propósito, a

necessidade de uma reunião para buscar o entendimento. "Não é bom o ambiente que estamos vendo", advertiu.

Ele salientou que a metade sul do seu estado também sofre com o desenvolvimento mais intenso da parte norte, mas reconheceu que a situação do Nordeste é muito mais séria, visto que estados como a Bahia e Pernambuco já foram alguns dos mais desenvolvidos.

- Reduzir esses desníveis é o nosso grande desafio, porque as desigualdades vêm crescendo ao longo dos anos e há um sentimento de revolta e protesto por parte do conjunto da sociedade - acrescentou. Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) criticou o fato de não existir uma política de desenvolvimento para as regiões mais pobres do País.



Pedro Simon



Joel de Hollanda

## Hollanda apóia novo modelo do Estado

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) disse que recente aprovação das emendas constitucionais permitindo a exploração de serviços públicos por empresas privadas mostra que o Estado brasileiro passa por uma profunda reformulação política. Tal fato, segundo acredita, obriga os membros do Congresso Nacional "a manter acessos o debate e a reflexão a respeito dos grandes temas que envolvem o destino da Nação".

Por essa razão, Joel de Hollanda pediu a transcrição nos Anais do Senado de documento intitulado "O Novo Modelo de Órgão Regulador", síntese de palestra proferida por João Geraldo Piquet Carneiro, em seminário realizado pela Petrobrás. O senador considera esse trabalho uma importante contribuição à tarefa da Legislativo "de promover a regulamentação do Estado brasileiro em bases modernas e capazes de melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade".

- Partindo do conceito do moderno Estado Regulador, ao qual cabe garantir os direitos dos usuários e consumidores, fiscalizar a qualidade dos serviços e dirimir conflitos que eventualmente surjam, o autor efetua um balanço crítico do antigo modelo de intervenção estatal no Brasil, apontando suas distorções e indicando a necessidade de criar-se um novo modelo de órgão regulador, que fuja do padrão superado das autarquias e empresas públicas e que se caracterize pela autonomia decisória - explicou Joel de Hollanda.

### Agência Senado/Rádiosat

Agora ficou mais fácil às emissoras de rádio de todo o País transmitir as principais atividades do Senado Federal. Basta sintonizar a Agência Senado/Rádiosat, que transmite ao vivo, de segunda a sexta-feira, das 9h15 às 20h15, reuniões das comissões e as sessões plenárias. Constantemente também da programação a *Agência Senado* e as edições Amazônia, Nordeste e Nacional do informativo *Senado em Linha Direta*.

Maiores informações com a Subsecretaria Técnica e Eletrônica do Senado (SSTEL):

Telefones: (061) 311-4046; 311-3897 e fax (061) 311-4540.

# Freitas Neto destaca êxito do Plano Real

*Para o senador, embora haja ajustes a serem feitos, as conquistas superam e prevalece no País um clima de confiança no governo e na retomada do crescimento econômico*

"O governo Fernando Henrique tem sabido corresponder às imensas expectativas geradas à época de sua eleição", disse sexta-feira o senador Freitas Neto (PFL-PI), ao sustentar que o êxito do Plano Real é inegável e que o presidente da República saberá realizar os ajustes internos que possibilitem o ingresso do Brasil em uma nova era de desenvolvimento.

Na avaliação do senador, problemas como o déficit habitacional, o desemprego, a situação das rodovias e a crise do sistema de saúde são insuficientes para empanar

os êxitos alcançados pelo Plano Real, daí porque, assinalou, prevalece no Brasil um clima de confiança no governo e na retomada do crescimento econômico.

- A inflação mantém-se em declínio, a economia volta a crescer, permitindo-se projetar para 1996 um aumento de pelo menos 3% do PIB, e os investimentos estrangeiros tendem a se expandir - comemorou Freitas Neto.

Esses êxitos, segundo o senador, resgatam a credibilidade do Brasil e proporcionam um novo padrão de bem-estar para seus cidadãos. Ele afirmou que a ces-

tância básica registrou aumento de preços inferior à média inflacionária, e registrou que as reservas brasileiras ultrapassaram US\$ 60 bilhões, constituindo um recorde histórico, além de garantia de mais estabilidade para nossa moeda.

Freitas Neto informou que o nível global de investimentos da economia brasileira retornou a um patamar que não se via desde os anos 70, saltando de menos de 14%



Freitas Neto

para quase 17%, tudo indicando, a seu ver, que essa elevação prosseguirá. O senador destacou também o fato de que a renda *per capita* do brasileiro, que despencara para US\$ 3.228 em

1992, recuperou-se e fechou o ano passado em US\$ 3.545. Ele disse que, "se adotados os critérios do Banco Mundial e das Nações Unidas, que levam em conta também as peculiaridades do mercado interno, essa renda seria já de US\$ 5.370,00".

## Fogaça lamenta o falecimento de jornalista gaúcho

O senador José Fogaça (PMDB-RS) lamentou sexta-feira, em plenário, a morte do jornalista gaúcho Antônio Firmo de Oliveira Gonzalez, o Antoninho Gonzalez, que morreu na noite de quinta-feira (dia 8), em Porto Alegre. "Era um líder dedicado à causa do bom jornalismo. Ele via o jornalismo como um dos fundamentos das liberdades democráticas", disse.

O corpo de Gonzalez foi velado na Assembléia Legislativa de Porto Alegre. Ele foi presidente da Associação Rio-Grandense de Imprensa e trabalhou na *Folha da Tarde*, *Correio do Povo*, *O Estado do Rio Grande* e *Última Hora*. Foi ainda diretor da Faculdade de Comunicação Social da PUC gaúcha, da Universidade de Caxias do Sul, das universidades de Santa Maria e do Vale do Rio dos Sinos.

## Amorim exige que governo explique crimes em RO

A população de Rondônia está indignada e se sentindo ameaçada "com a grave violação dos direitos humanos" que estaria sendo praticada no estado, disse sexta-feira o senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) ao comentar o assassinato de dois prisioneiros comuns ocorrido na cidade de Ariquemes. O senador observou que o governador do estado tem o dever de explicar o que está fazendo para elucidar esses homicídios contra duas pessoas que estavam sob a guarda das autoridades.

Lembrando o massacre de Corumbiara em que 12 trabalhadores sem-terra foram assassinados pela PM de Rondônia, Amorim disse que agora a violação dos direitos humanos não foi feita pela polícia militar, mas possi-



Ernandes Amorim

velmente por pessoas ligadas à polícia civil. "É a conclusão lógica a que chegamos diante da forma como foi perpetrada a barbárie".

- Na madrugada do último dia 14 de julho, 11 homens armados e encapuzados entraram na delegacia de Ariquemes e levaram os presos Jailson Silva e Manoel Pereira da Silva, que se encontravam numa das celas. No

dia seguinte, os cadáveres dos dois presos foram encontrados às margens da BR-364, cada um dos corpos com um tiro na nuca e marcas de sevícias - afirmou.

Salientando que a falta de segurança em Rondônia se deve ao desvio das verbas públicas, Ernandes Amorim disse esperar que o Departamento dos Direitos Humanos da Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça "tome as providências necessárias para esclarecer esses crimes contra os direitos humanos".

- A injustiça praticada contra um, a todos atinge. Todo cidadão rondoniense hoje se sente atingido com a grave violação dos direitos humanos praticada contra dois prisioneiros comuns. Justiça é o que pedimos - frisou.

# Para Flaviano, "pacote ecológico" inviabiliza reforma na Amazônia

*Senador diz que apenas 12 hectares de cada gleba, insuficientes para sustentar uma família, poderão ser usados para pecuária*

"A Medida Provisória 1.511/96, que criou o "pacote ecológico", simplesmente inviabiliza a reforma agrária na Amazônia", advertiu sexta-feira em plenário o senador Flaviano Melo (PMDB-AC). Ele explicou que os projetos de reforma agrária na região oferecem a cada família de sem-terra 60 hectares. Com o "pacote ecológico", apenas 12 hectares de cada gleba poderão ser usados para agropecuária, "um tamanho incapaz de sustentar uma família", afirmou.

Há uma verdadeira incoerência dessa medida provisória com os projetos de reforma agrária da região. Parece que as autoridades do meio ambiente não consultaram as autoridades da reforma agrária - observou.

Flaviano Melo ponderou que a decisão de subir de 50% para 80% a parte de cada propriedade destinada a reserva florestal afetará ainda de outra forma a reforma agrária na Amazônia. "Assim, uma grande propriedade acabará sendo considerada pela Incra uma média propriedade, já que 80% da área não serão levados em conta. Isso com certeza reduzirá as terras passíveis de reforma agrária na região", sustentou.

Conforme o senador pelo Acre, com o "pacote ecológico" só 13% do seu estado estarão disponíveis para exploração agropecuária. Usando dados do último censo agropecuário do IBGE, o senador contestou a idéia de que no Acre só existem grandes propriedades. "O censo mostrou que 59% das propriedades do estado não passam dos 100 hectares. Assim, com a MP 1.511, praticamente 60% dos donos de terras do Acre podem explorar apenas 20 hectares.

## Nabor considera medida provisória golpe contra região

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) declarou sexta-feira que "não adianta usar sofismas ou silogismos para encobrir a verdadeira face" da Medida Provisória 1.511, que, segundo afirmou, trata-se de um golpe na ocupação e no desenvolvimento de toda a Amazônia.

Para Nabor, essa MP traz o perigo de real abandono das imensas regiões extrativistas e agricultáveis pelos atuais moradores, provocando o agravamento das tensões sociais e da miséria na periferia dos empobrecidos núcleos urbanos.

Nabor defendeu que "a construção do grande Brasil com que sonhamos deve começar pela integração de todos os brasileiros no mesmo esforço coletivo, fundamentado na determinação de fazer respeitados nossos interesses como pátria independente e soberana". Ele acrescentou que essa responsabilidade histórica exige o enfrentamento até mesmo de campanhas organizadas por grupos internos e do exterior. "sequiosos de impor valores e regras que nem sempre se coadu-

nam com as legítimas aspirações da sociedade".

Lamente-se e registre-se a tristeza de ver que a única medida legislativa decretada pelo governo em relação à Amazônia, ao invés de promover, incrementar ou incentivar, volta-se para restringir, coibir, tornar ainda menores as perspectivas desenvolvimentistas - acen-tuou.

Nabor Júnior explicou que a nova norma legal reduzirá a área disponível à agricultura para apenas 13,3% dos 15 milhões de hectares de que dispõe o Acre. Ele disse, porém,

**"Acre poderá usar apenas 13,3% de suas terras"**

que a questão vai além dos algarismos, superando equações e proporções territoriais ou demográficas.

Estamos falando de gente, de milhares de famílias, de sobrevivência em regiões pioneiras e quase sempre inóspitas. Estamos falando de regiões onde o Brasil precisa fincar bandeira e seus interesses, além de criar condições mínimas de melhoramentos sociais e políticos, voltados para a soberania espacial - salientou.



Benedita da Silva

## Rodovia pode causar desastre ecológico em SP

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse sexta-feira que as obras de prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes vão causar um desastre ecológico e social na cidade de Hortolândia, interior de São Paulo.

A Secretaria de Transportes de São Paulo resolveu ampliar a rodovia, que terá seis pistas de alta velocidade, com tráfego intenso de 60 mil veículos por dia. Ela vai cortar a zona urbana de Hortolândia e implodir a vida dos moradores - informou a senadora.

Segundo Benedita da Silva, a decisão foi tomada arbitrariamente, sem nenhuma audiência pública com a comunidade, que já se manifestou contrária à ampliação da rodovia.

Com o projeto de ampliação da rodovia, várias famílias humildes serão desapropriadas, contribuindo para aumentar o número de pessoas sem tetos e sem terras. Haverá ainda o crescimento da criminalidade à beira da rodovia - afirmou a senadora.

Benedita da Silva alertou ainda para os problemas ecológicos que a comunidade de Hortolândia poderá vir a enfrentar. Segundo disse, haverá aumento da exalação e concentração do monóxido de carbono, por falta de melhores correntes de ar em virtude de ser uma região urbana, prejudicando a qualidade de vida da população.



# Eleitor está mais consciente, diz Tebet

*Próximo pleito não será definido pelo marketing nem pelo poder econômico, mas na base das visitas e das pequenas reuniões, segundo observa o senador*

## Corte: Jefferson exige explicação de Bresser

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) requereu sexta-feira que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) convoque o ministro Bresser Pereira, da Administração, para prestar esclarecimentos sobre medida adotada pela Secretaria de Recursos Humanos, do ministério, referente a cortes nos proventos de professores aposentados das universidades e de escolas técnicas federais. Para o senador, trata-se de decisão ilegal, além de desumana.

Jefferson ressaltou que, após pronunciamento do senador Josaphat Marinho (PFL-BA), a respeito do assunto, solicitara explicações de seu ministro, por telefone, e aquela autoridade "não soube dá-las", mas prometeu que o assessor jurídico do Ministério da Administração viria trazê-las. "A promessa não foi cumprida. Até hoje o assessor não se dignou em procurar-me", lamentou.

O senador informou ter recebido apelo "dramático" de um professor aposentado da Escola Técnica



Jefferson Peres

Federal do Amazonas, que sofreria corte em 75% de seus proventos.

Jefferson Peres esclareceu que estão sendo imputadas várias ações judiciais contra a medida, que "afronta o direito adquirido, cláusula pétrea do Direito Constitucional, mas até a decisão judicial chegar as vítimas terão dificuldades em sobreviver".

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou a necessidade de não se abrir exceções para cláusulas pétreas. Tebet disse não saber o que está acontecendo com o governo, que tem tomado decisões inquiridoras para a população.

"Creio que esta eleição, em matéria de gastos, é a mais pobre do País", afirmou sexta-feira o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), fazendo votos de que ela seja a mais rica em termos de bons vereadores e bons prefeitos. Segundo o senador, é nos municípios "onde existe o maior sentimento de nacionalidade e é através deles que vamos, cada vez mais, melhorar a qualidade de vida da nossa população".

Tebet afirmou que o povo está mais atento aos pleitos municipais, por ter-se conscientizado de que a solução de seus problemas será encontrada no próprio município. Ele disse que a próxima eleição não será mais definida pelo marketing nem pelo poder econômico, pois, salientou, "está sendo travada na base do santinho, das visitas e das pequenas reuniões", o que, para o senador, representa um aperfeiçoamento democrático.

Depois de assinalar que a Constituição de 88 ampliou a competência dos municípios, atribuindo-lhes maior responsabilidade nas áreas de saúde, transporte e ha-



Ramez Tebet

bitação, ele afirmou que isso está motivando o eleitor a votar com consciência em vereadores e prefeitos. Tebet acrescentou que, para fortalecer a convicção municipalista em seu estado, vai percorrer as cidades de Mato Grosso do Sul, apoiando os candidatos de sua preferência.

Em aparte, o senador Flaviano Melo (PMDB-AC) disse que a expectativa do índice de votos brancos e nulos e de abstenções em seu estado, em torno de 30%, conforme pesquisa, é muito baixo nesse período ainda distante das eleições e significa que 70% da população já está com seus candidatos definidos.

**A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ERNANDES AMORIM, FREITAS NETO E BELLO PARGA**

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odaír Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo – Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa – José do Carmo Andrade  
■ Editores – Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação – Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos – Cêlo Azevedo, Márcia Kalure e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal